

Relatório Anual
2012



FUNDAÇÃO
BEMGEPREV

índice

3 Mensagem da
Diretoria Executiva

4 35 anos de
previdência
complementar
no Brasil

6 Ao seu lado
das mais
diversas formas

10 Quem somos

11 Órgãos de
Administração

encarte

Balanco Patrimonial
Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social
Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido
Demonstração do Ativo Líquido
Demonstração do Plano de Gestao Administrativa
Demonstração das Obrigaçoes Atuariais
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Parecer Atuarial
Parecer dos Auditores Independentes
Parecer do Conselho Fiscal
Manifestação do Conselho Deliberativo
Informe Resumo dos Investimentos
Resumo da Política de Investimentos





A Fundação Bemgeprev recebeu, no início de 2013, uma excelente notícia da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc): seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária obteve o aval desse órgão atestando sua qualidade e adequação. É uma grande conquista para a entidade e seus participantes, pois demonstra o compromisso da Bemgeprev com a informação, orientação e conscientização de todos os seus interlocutores.

Os participantes devem ser orientados para que suas escolhas e decisões sejam mais conscientes. Com a estabilização da economia, o governo vem fazendo um esforço – que quer compartilhar com as empresas, escolas, instituições financeiras e entidades de previdência – no sentido de ajudar os brasileiros a compreender a importância do equilíbrio entre consumir e poupar. Dessa forma, é possível fortalecer os fundamentos econômicos e sociais do país, bem como melhorar a vida de seus cidadãos.

Poupar é um princípio fundamental para a previdência complementar em qualquer fase da vida. Por isso, a Bemgeprev, juntamente com as demais entidades do Itaú Unibanco, abraçou essa causa. Esse compromisso vem se somar a outras diretrizes de gestão da entidade, tais como transparência, ética, profissionalismo, respeito à legislação, adequação às melhores práticas de mercado e aprimoramento contínuo do atendimento dos participantes.

Decisões financeiras e previdenciárias conscientes são importantes tanto para a Bemgeprev quanto para cada um de seus participantes. É essencial, portanto, saber harmonizar o presente e o futuro.

Diretoria Executiva



Nossa Missão

Assegurar aos participantes, assistidos e patrocinadoras a excelência na gestão dos serviços previdenciários, de forma transparente, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa e a legislação vigente.

35 anos

de previdência complementar no Brasil

Com ativos girando em torno de R\$ 649 bilhões, a previdência complementar brasileira vem ampliando sua cobertura, mas ainda há muito espaço para o desenvolvimento do sistema.

E Em 2012, a previdência complementar nacional completou 35 anos de seu maior marco regulatório, responsável pela criação propriamente dita do sistema, com a Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. Logo em seu primeiro artigo, a nova legislação definia as entidades de previdência como aquelas que têm por objetivo “instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos”.

Quantidade de entidades por tipo de patrocínio predominante

Privado	228
Instituidor	19
Público municipal	2
Público estadual	43
Público federal	38
Total	330

Fonte: Estatística Trimestral - Setembro/2012 - Previc

Participantes do sistema

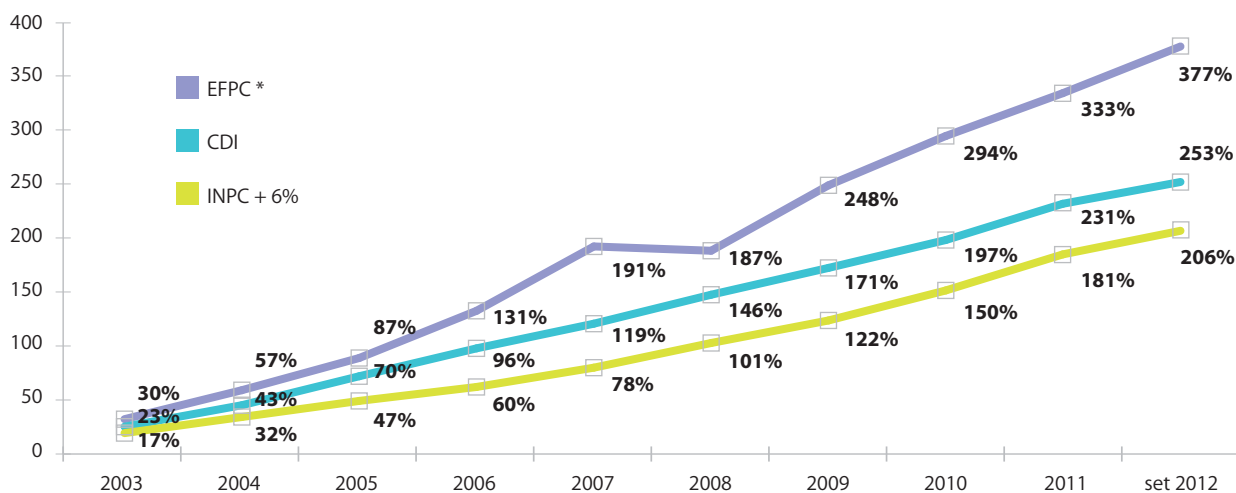
Ativos	2.329.741
Assistidos	675.275
Dependentes	3.664.294

Fonte: Consolidado Estatístico ABRAPP/SINDAPP – Set/2012

Desde então, a legislação vem avançando e incorporando novos conceitos e incentivos, como é o caso do tratamento tributário diferenciado oferecido aos investimentos em previdência complementar. Para os especialistas, ainda há muito a fazer, sobretudo em relação à abertura para a criação de novos produtos (mais aderentes à atual conjuntura), à estabilidade das regras e ao respeito ao contrato previdenciário. Por outro lado, é preciso que haja maior entendimento da população sobre a necessidade de complementar os benefícios que serão pagos pela Previdência Social para assegurar um futuro mais tranquilo.

Em termos quantitativos, segundo dados da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o sistema conta com 330 entidades, entre instituidores e patrocinadores

Rentabilidade estimada (acumulada)



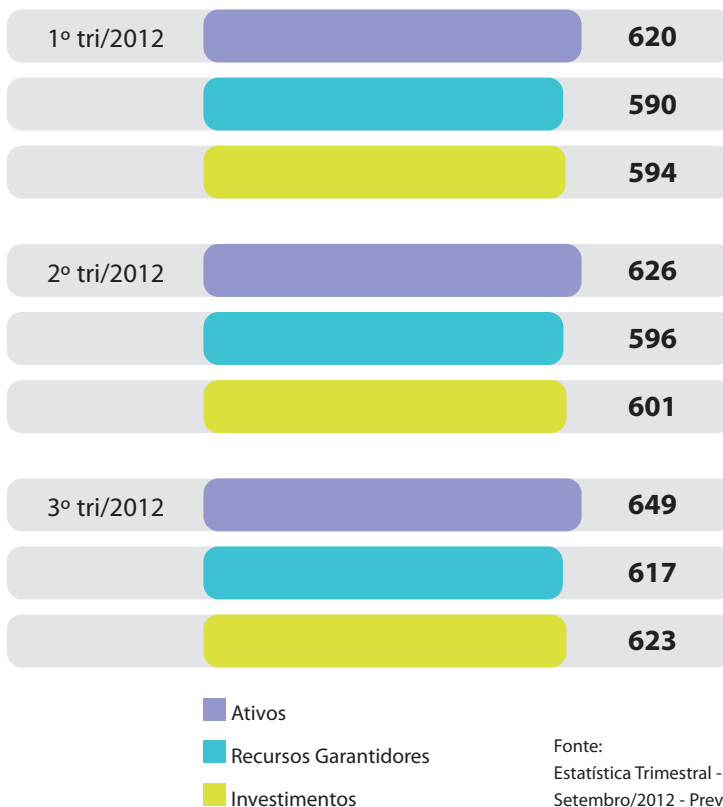
* Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Fonte: Consolidado Estatístico ABRAPP/SINDAPP – Set/2012 . ABRAPP / BACEN / IPEADATA

Evolução dos ativos, recursos garantidores e investimentos das entidades

(em R\$ bilhões, 09/2012)

públicos e privados. Quanto aos ativos totais do setor, o crescimento é notável. Em 1995, as entidades fechadas de previdência complementar contavam com R\$ 75 bilhões em ativos e, em setembro de 2012, esse total já havia saltado para R\$ 649 bilhões. Apesar dos avanços, há ainda um grande potencial de crescimento a ser explorado: existem no país, cerca de 15 mil empresas com faturamento anual entre R\$ 100 milhões e R\$ 400 milhões, além de 5 mil sindicatos e entidades representativas que são, segundo análise da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), potenciais patrocinadores/instituidores de planos de previdência. As estimativas da entidade são de que, em 2021, o ativo total do mercado atinja a marca de R\$ 1,9 trilhão, o que representaria 32% do PIB do país.



Fonte: Estatística Trimestral - Setembro/2012 - Previc

Ao seu lado

das mais diversas formas

Em 2012, a Bemgeprev levou adiante as atividades que desenvolve sempre com foco na melhoria de seus processos e no atendimento das necessidades de seus participantes, visando aprimorar todos os canais de relacionamento.

Participação no Congresso da Abrapp

Representantes da Bemgeprev participaram do 33º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, de 24 a 26 de outubro, em São Paulo (SP). “Transição para um Novo Tempo” foi o tema do evento que atraiu um público de mais de 3 mil pessoas - conselheiros, gestores, técnicos, formadores de opinião, lideranças empresariais, sindicais e políticas – para discutir experiências e perspectivas para o sistema em meio à nova realidade econômica e demográfica do Brasil e do mundo.



33 CONGRESSO BRASILEIRO
DOS FUNDOS DE PENSÃO

Alterações no Estatuto e no Regulamento

No dia 10 de julho, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou a mudança proposta pela Bemgeprev no Regulamento do Plano ACMV: a troca do índice utilizado para cálculo da correção dos benefícios (do IPC – DI Rio de Janeiro para o IPCRJ12/DI do Rio de Janeiro), em decorrência da substituição do indicador pela FGV.



Reuniões de Conselhos

Durante o ano, os conselheiros realizaram suas reuniões ordinárias para tratar dos diversos assuntos relativos à gestão da entidade, desde suas demonstrações contábeis até o fluxo dos diferentes processos gerenciais e administrativos. As reuniões do Conselho Administrativo ocorreram nos dias 6 de março, 29 de junho, 27 de agosto e 7 de dezembro, as do Conselho Fiscal, nos dias 20 de março e 19 de setembro e as do Conselho Deliberativo foram nos dias 23 de março e 18 de dezembro.

Dia do Aposentado

Juntamente com as demais entidades do setor, a Bemgeprev participou da cerimônia para celebrar o Dia do Aposentado (24 de janeiro), promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp). Neuz Maria Teixeira Ruffo recebeu o diploma comemorativo, entregue durante o evento, em nome de todos os assistidos da Fundação Bemgeprev, como forma de reconhecimento por sua contribuição para a história de sucesso das patrocinadoras.

Taxas de juros reduzidas

A Diretoria da Bemgeprev reduziu as taxas de juros aplicadas sobre as carteiras de empréstimos dos assistidos: de 12% para 8% anuais. A nova taxa entrou em vigor para os empréstimos contratados a partir de julho de 2012, alinhando o benefício às melhores práticas de mercado e aprimorando ainda mais suas condições.

Pesquisa de Satisfação

Em abril, a Bemgeprev divulgou os resultados de sua I Pesquisa de Satisfação, feita no final de 2011, através de uma amostra aleatória foram realizadas 850 entrevistas com participantes das entidades ligadas ao Itaú Unibanco. O objetivo foi analisar a percepção dos participantes e traçar planos de melhoria a partir das informações coletadas. Os dados obtidos foram compartilhados com todos os participantes em matéria no informativo "Com você". Em outubro de 2012, foi promovida a segunda edição da pesquisa.



Abrapp



Educação financeira e previdenciária

O programa “Previdência em Foco” tem implantado uma série de ações que visam fortalecer os conhecimentos dos participantes para que tomem suas decisões financeiras e previdenciárias de forma consciente. Aprovado pela Previc (o que isenta a Bemgeprev da necessidade de impressão e postagem deste Relatório, divulgado somente por meio eletrônico), o programa tem três objetivos básicos: informar, orientar e conscientizar, tanto os participantes quanto seus familiares. As iniciativas envolvem também conselheiros, dirigentes e colaboradores da entidade, profissionais da patrocinadora, parceiros, dirigentes das Associações de Aposentados, formadores de opinião e a sociedade em geral. Em 2012, as ações do programa foram:



Informativo “Com você”

Divulgado por meio eletrônico e impresso para todos os participantes, o informativo aborda vários assuntos de educação financeira e previdenciária: informações sobre os planos, os investimentos, entrevistas e matérias com especialistas.



Encontro das Associações e Conselheiros

Mais uma ação compartilhada pelas fundações de previdência do Itaú Unibanco, o encontro ocorre semestralmente com a presença de especialistas que abordam temas relativos ao sistema previdenciário. Em maio, o consultor **Renato Follador** falou sobre “Previdência no Brasil – Panorama atual e perspectivas” e, em novembro, o diretor de Investimentos das entidades **Gabriel Amado de Moura** apresentou a palestra “Investimentos na nova

realidade de juros”. Os encontros contam créditos para o programa de recertificação de dirigentes do Instituto de Certificação da Seguridade Social (ICSS).



Evento dos Assistidos

Encontro anual de confraternização para aposentados e pensionistas, em parceria com as entidades de previdência do Itaú Unibanco, nas cidades de Curitiba, Recife, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo. Em 2012, o tema “Mais Alegria e Menos Preocupação” reforçou a importância do benefício por meio de mensagens de educação financeira e previdenciária.



Site

Em outubro, os aposentados da Bemgeprev ganharam uma área restrita no site da Fundação, com novas ferramentas e acesso a diversas informações como dados pessoais, aniversariantes, homenagens, novos assistidos, holerites, documentos legais e simulações de empréstimo. A navegação é simples e ágil para que o assistido encontre sem dificuldades os dados e documentos que estão agora à sua disposição no site, a qualquer momento em qualquer lugar. O site disponibiliza também os Regulamentos do plano, o Estatuto da entidade, além do canal “Fale Conosco” e links importantes.

Workshop Jurídico Previdenciário

Em setembro, o VI Workshop Jurídico reuniu advogados e profissionais das áreas trabalhista, cível e previdenciária do Itaú Unibanco, convidados dos escritórios credenciados, conselheiros, diretores e profissionais das entidades. Eles assistiram a cinco painéis expostos por autoridades e especialistas do setor que trataram dos diferentes desafios relacionados ao sistema previdenciário. O workshop também conta créditos para o programa de recertificação de dirigentes do ICSS.



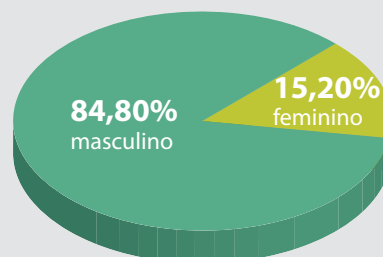
Eduardo de Sousa

Quem somos

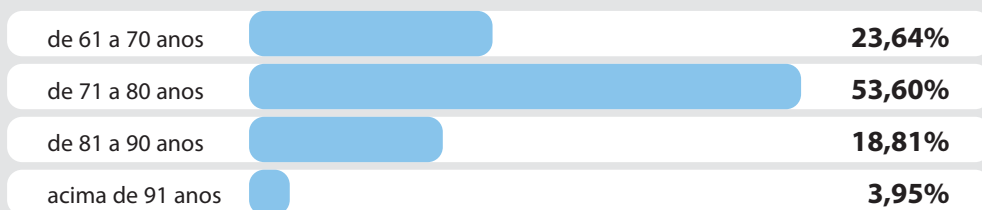
Participantes Assistidos • base: outubro 2012

Total de
Participantes
1.138

Sexo



Faixas Etárias



Idade média **73 anos**

Presença nos Estados

Minas Gerais	67,75%
Rio de Janeiro	16,17%
São Paulo	6,77%
Goiás	1,32%
Bahia	1,49%
Rio Grande do Sul	0,62%
Paraná	0,26%
Outros	5,62%

Tipo de Benefício

Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV)	
Tempo contribuição	99,91%
Idade	0,09%
Média de tempo de benefício	14 anos

Órgãos de Administração

(dezembro de 2012)

Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Osvaldo do Nascimento	Cláudio José Coutinho Arromatte
Vice-Presidente (eleito)	Messias Caetano Neto	Maria Lucia Machado
Conselheiro indicado	Marco Antonio Antunes	Marcelo Luís Orticelli
Conselheiro eleito	Silvio Caitano da Fonseca	José Cássio Damas

Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Conselheiros indicados	Ottavio Aldo Ronco Guilherme Augusto M. F. Toledo	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo Marco Aurélio de Oliveira
Conselheiros eleitos	Aguinaldo José do Crato Cleide Xavier Rocha Foureaux Luiz Fernando da Silva Telles	Luciana Leonina Fernandes Mauro Peres Macedo Maria do Carmo Vasconcelos

Conselho Administrativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Antonio Barsand de Leucas	Lourival Lelles
Vice-Presidente (eleito)	Catão Baptista Filho	Frederico de Souza Neto
Conselheiro eleito	Plínio Buarque Vogas	Alonso Rodrigues Martins

Diretoria

Diretor Presidente	Sergio Guillinet Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores	Arnaldo Cesar Serighelli Reginaldo José Camilo

www.bemgeprev.com.br



Rua Goitacazes, 15 – 9º andar
Centro – CEP 30190-050
Belo Horizonte – MG

Relatório Anual

2012

Demonstrações
Contábeis

- 2** Balanço Patrimonial
- 3** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- 4** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
- 5** Demonstrac o do Ativo Líquido
- 6** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 7** Demonstrac o das Obrigações Atuariais
- 8** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis
- 18** Parecer Atuarial
- 23** Parecer dos Auditores Independentes
- 25** Parecer do Conselho Fiscal
- 26** Manifestac o do Conselho Deliberativo
- 27** Informe Resumo dos Investimentos
- 29** Resumo da Política de Investimentos



FUNDAÇÃO
BEMGEPREV

Balço Patrimonial

em milhares de Reais

Ativo	31/12/2012	31/12/2011
Disponível	13	22
Realizável	320.404	303.231
Gestão Previdencial (Nota 5)	178	30
Gestão Administrativa (Nota 5)	192	86
Investimentos (Nota 6)	320.034	303.115
Fundos de Investimento	281.839	266.338
Empréstimos	812	736
Depósitos Judiciais / Recursais	37.383	36.041
Permanente (Nota 7)	2	2
Imobilizado	2	2
Total do Ativo	320.419	303.255
Passivo	31/12/2012	31/12/2011
Exigível Operacional (Nota 8)	271	251
Gestão Previdencial	140	130
Gestão Administrativa	131	120
Investimentos	-	1
Exigível Contingencial (Nota 9)	1.381	49.613
Gestão Previdencial	1.242	1.112
Gestão Administrativa	139	81
Investimentos	-	48.420
Patrimônio Social	318.767	253.391
Patrimônio de Cobertura do Plano	316.912	251.288
Provisões Matemáticas (Nota 10)	304.201	251.288
Benefícios Concedidos	304.201	259.403
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(8.115)
Equilíbrio Técnico (Nota 11)	12.711	-
Resultados Realizados	12.711	-
Superávit Técnico Acumulado	12.711	-
Fundos (Nota 12)	1.855	2.103
Fundos Administrativos	1.852	2.101
Fundos dos Investimentos	3	2
Total do Passivo	320.419	303.255

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Descri�o	31/12/2012	31/12/2011	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	253.391	259.599	(2)
1. Adições	100.524	29.166	245
(+) Contribuições Previdenciais	889	318	180
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	98.587	28.126	251
(+) Receitas Administrativas	491	433	13
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	556	289	92
(+) Constituição de Fundos de Investimento	1	-	100
2. Destinações	(35.148)	(35.374)	(1)
(-) Benefícios	(33.720)	(33.051)	2
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(132)	(1.052)	(87)
(-) Despesas Administrativas	(1.246)	(1.235)	1
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(50)	(36)	39
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	65.376	(6.208)	(1.153)
(+ / -) Provisões Matemáticas	52.913	(5.659)	(1.035)
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.711	-	100
(+ / -) Fundos Administrativos	(249)	(549)	(55)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	1	-	100
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)	318.767	253.391	26

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Descri�o	31/12/2012	31/12/2011	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	251.288	256.947	(2)
1. Adi�es	99.476	28.444	250
(+) Contribui�es	889	318	180
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	98.587	28.126	251
2. Destina�es	(33.852)	(34.103)	(1)
(-) Benefícios	(33.720)	(33.051)	2
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(132)	(1.052)	(87)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	65.624	(5.659)	(1.260)
(+ / -) Provisões Matemáticas	52.913	(5.659)	(1.035)
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.711	-	100
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	316.912	251.288	26
C) Fundos Não Previdenciais	1.855	2.103	(12)
(+ / -) Fundos Administrativos	1.852	2.101	(12)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	3	2	50

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstra es Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
1. Ativos	320.419	303.054	6
Disponível	13	22	(41)
Recebível	370	2.132	(83)
Investimentos	320.034	300.900	6
Fundos de Investimento	281.839	264.123	7
Empréstimos	812	736	10
Déposito Judiciais / Recursais	37.383	36.041	4
Permanente	2	-	-
2. Obrigações	1.652	49.663	(97)
Operacional	271	131	107
Contingencial	1.381	49.532	(97)
3. Fundos Não Previdenciais	1.855	2.103	(12)
Fundos Administrativos	1.852	2.101	(12)
Fundos dos Investimentos	3	2	50
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	316.912	251.288	26
Provisões Matemáticas	304.201	251.288	21
Superávit/Déficit Técnico	12.711	-	100

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.101	2.650	(21)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.047	722	45
1.1. Receitas	1.047	722	45
Custeio Administrativo dos Investimentos	437	424	3
Resultado Positivo dos Investimentos	556	289	92
Outras Receitas	54	9	500
2. Despesas Administrativas	(1.296)	(1.271)	2
2.1. Administração Previdencial	(858)	(847)	1
Treinamento/Congressos e Seminários	(12)	(24)	(50)
Viagens e Estadias	(41)	(24)	71
Serviços de Terceiros	(227)	(313)	(27)
Despesas Gerais	(549)	(467)	18
Contingências	(29)	(8)	263
Outras Despesas	-	(11)	(100)
2.2. Administração dos Investimentos	(438)	(424)	3
Serviços de Terceiros	(417)	(396)	5
Contingências	(21)	(28)	(25)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(249)	(549)	(55)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(249)	(549)	(55)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	1.852	2.101	(12)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	316.912	251.288	26
1. Provisões Matemáticas	304.201	251.288	21
1.1. Benefícios Concedidos	304.201	259.403	17
Benefício Definido	304.201	259.403	17
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(8.115)	(100)
(-) Déficit Equacionado	-	(8.115)	(100)
(-) Patrocinadores	-	(8.115)	(100)
2. Equilíbrio Técnico	12.711	-	100
2.1. Resultados Realizados	12.711	-	100
Superávit Técnico Acumulado	12.711	-	100
Reserva de Contingência	12.711	-	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BEMGEPREV é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, instituída em 25 de maio de 2005 e autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria SPC nº 132/05, de 21 de outubro de 2004, tendo por finalidade administrar o plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV).

Em 02 de janeiro de 2007, conforme Portaria SPC nº 770, de 23 de outubro de 2006, foi efetivada a transferência do acervo patrimonial e dos participantes do Plano ACMV da Fundação Itaúbanco para a Fundação Bemgeprev sem solução de continuidade.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm dos rendimentos resultantes da aplicação de recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro apresenta a seguinte posição:

Descrição	2012	2011
Assistidos	1.138	1.189
Total	1.138	1.189

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC's, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

• **Gestão Previdencial** – Compreende os valores transferidos dos Investimentos, relativos ao resultado dos recursos garantidores correspondentes às atividades da Gestão Previdencial.

• **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas no resultado diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

Os empréstimos a participantes são corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 8% a.a.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

- Móveis e Utensílios: 10% a.a

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 9).

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas exclusivamente com recursos do Fundo Administrativo, contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

Descrição	2012	2011
Gestão Previdencial	178	30
Adiantamento de benefícios de aposentadoria	27	7
Depósito Judicial - Cesta Alimentação	-	23
Depósito Judicial - Processos Cíveis	3	-
Depósito Judicial - Processos Trabalhistas	148	-
Gestão Administrativa	192	86
Responsabilidade de Terceiros	55	-
Seguro (1)	14	7
Depósito Judicial - PIS/COFINS	123	79
Total	370	116

(1) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição de Investimentos

Descrição	2012	2011
Fundos de Investimento	281.839	266.338
Empréstimos	812	736
Depósitos Judiciais - Imunidade Tributária	37.383	36.041
Total	320.034	303.115

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

Plano ACMV	Valor (1)				
	Valor a Mercado			Categoria (3)	
	Custo Contábil	Ajustes a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento
Fundo de Investimento	281.839	-	281.839	186.934	94.905
Fundo de Investimento - Exclusivo	151.172	-	151.172	56.267	94.905
Letras Financeiras do Tesouro	1.640	-	1.640	1.640	-
Notas do Tesouro Nacional	54.627	-	54.627	54.627	-
Títulos do Governo - ESTF (2)	94.905	-	94.905	-	94.905
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	130.667	-	130.667	130.667	-
Total	281.839	-	281.839	186.934	94.905

	Valor (1)				
	Vencimento			Valor Contábil	
	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2012	31/12/2011
Fundo de Investimento	130.667	45.555	105.617	281.839	266.338
Fundo de Investimento - Exclusivo	-	45.555	105.617	151.172	250.802
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.640	-	1.640	1.737
Notas do Tesouro Nacional	-	43.915	10.712	54.627	143.257
Títulos do Governo - ESTF (2)	-	-	94.905	94.905	105.808
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	130.667	-	-	130.667	15.536
Total	130.667	45.555	105.617	281.839	266.338

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço. Os títulos classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação no dia da apuração e o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador. Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data de balanço.

Incluí, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante de R\$ 1.929 (R\$ 2.214 em 2011).

(2) Títulos inegociáveis com vencimento em 2023, com correção mensal pelo IGP/DI mais taxa de 6% a.a., classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento. Não há um mercado ativo para negociação frequente destes títulos.

(3) Foram reclassificados títulos da categoria "títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação" por ocasião da elaboração do balanço anual 2012. A reclassificação visa o equilíbrio dos ativos e as obrigações do plano pela adoção de premissas atuariais mais conservadoras. O resultado realizado corresponde ao montante de R\$ 6.928.

As classificações dos títulos existentes, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 7 – ATIVO PERMANENTE

Descrição	2012	2011
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	4	4
(-) Depreciação	(2)	(2)
Total	2	2

NOTA 8 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2012	2011
Gestão Previdencial	140	130
Retenções sobre folha benefícios	132	130
Seguros sobre Folha de benefícios	8	-
Gestão Administrativa	131	120
Obrigações com Serviços de Terceiros	131	120
Investimentos	-	1
Empréstimos	-	1
Total	271	251

NOTA 9 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2011	2010
Gestão Previdencial	1.242	1.112
Cesta Alimentação	1.242	1.112
Gestão Administrativa	139	81
PIS/COFINS	139	81
Investimentos	-	48.420
Imposto de Renda Retido na Fonte (1)	-	48.420
Total	1.381	49.613

(1) Reversão da Contingência, conforme decisão julgada a favor da Fundação Bemgeprev (Proc. nº 2002.61.00.001988-2), reconhecendo a imunidade da Fundação para afastar a incidência do IR sobre as aplicações financeiras.

NOTA 10 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos.

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

II. Provisões matemáticas a constituir – Corresponde ao valor do Déficit Equacionado a ser coberto pelo patrocinador, não permanente, fixado pelo Contrato de Amortização de Déficit Técnico em 31/03/2010, conforme estabelece o art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001 e o art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2012	2011
Taxa Real de Juros (1)	4% a.a.	6% a.a.
Índice de Crescimento de Benefício	Índice ACMV (2)	Índice ACMV (2)
Tábua de Mortalidade Geral (1) (3)	AT - 2000	AT - 83
Tábua de Mortalidade de Inválidos (3)	N.A.	N.A.
Taxa de crescimento real do Benefício do INSS	0%	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios	0,98	0,98
Método Actuarial	Agregado	Agregado

N.A. = Não Aplicável por não haver participante aposentado por invalidez

(1) Na avaliação atuarial de 31/12/2012 procedeu-se alteração das seguintes premissas atuariais: Taxa Real de Juros e Tábua de Mortalidade cujo os efeitos foram de R\$ 36.471 e R\$ 9.443, respectivamente.

(2) Índice ACMV é a média geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

(3) Segregada por sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2011	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2012
Benefícios Concedidos	259.403	44.798	304.201
(-) Provisão Matemática a Constituir	(8.115)	8.115	-
Total	251.288	52.913	304.201

No demonstrativo abaixo apresentamos a evolução do saldo do contrato de equacionamento de déficit:

Descrição	2012	2011
Saldo inicial do período	(8.115)	(3.135)
Recebimento parcelas semestrais	889	315
Atualização	(985)	(394)
Repactuação do contrato	8.211	(4.901)
Saldo Final do Período	-	(8.115)

Foi firmado em 31/03/2010, contrato junto ao Itaú Unibanco S/A, o qual assumiu o patrocínio da Entidade através do "Contrato de Amortização de Déficit Técnico do Plano ACMV", no valor de R\$ 12.942, sendo financiado em até 24 parcelas semestrais, período correspondente a expectativa média de vida completa dos participantes assistidos, sendo:

- Por ocasião das avaliações atuariais anuais, o valor do déficit a ser amortizado será revisto, em função das perdas e ganhos observados nas referidas avaliações, sendo compensado com os superávits ou acrescido do déficit verificado em cada exercício.

- Na hipótese de, após a avaliação atuarial anual, ficar constatada a extinção do déficit do plano, a obrigação do patrocinador de pagar as prestações vincendas será imediatamente interrompida, ficando automaticamente resolvido o contrato.

- O valor das parcelas será atualizado até a data do efetivo pagamento pela variação do "índice ACMV" (média geométrica dos índices de Preços ao Consumidor: IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e IPC / DI do Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente) e acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

Em 2012, após avaliação atuarial, verificou-se que o plano apurou um superávit no montante de R\$ 20.826, superior ao saldo do contrato, assim em conformidade com o previsto contratualmente, procedeu-se a reversão total do saldo do contrato.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 11 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	2012	2011
Saldo Inicial	-	-
Superávit/(Déficit) do Período	20.826	(4.980)
Amortização/Repactuação do Contrato de Déficit	(8.115)	4.980
Superávit Técnico Acumulado	12.711	-

NOTA 12 – FUNDOS

a) Fundos Administrativos – Constituído com recursos da patrocinadora em montante equivalente a 1% das reservas matemáticas na época da implantação do plano ACMV, acrescido da rentabilidade obtida sobre o resultado dos recursos garantidores correspondentes ao Fundo Administrativo e revertido em função do custeio das despesas administrativas previdenciais.

b) Fundos dos Investimentos – Constituído com recursos oriundos de taxas administrativas cobradas na concessão dos empréstimos. Tem o objetivo de garantir o saldo dos empréstimos concedidos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2011	Remuneração	Reversão Líquida	Saldos em 31/12/2012
Fundos Administrativos	2.101	846	(1.095)	1.852
Fundos dos Investimentos	2	1	-	3
Total	2.103	847	(1.095)	1.855

NOTA 13 – PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S/A e Previtec Previdência e Tecnologia Ltda. caracterizam-se basicamente por:

Descrição	2012	2011
Ativo / (Passivo)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(21)	8.094
Contrato de Déficit Equacionado (Nota 10)	-	8.115
Taxa de Administração da Carteira	(21)	(21)
Receitas / (Despesas)		
(Despesas)	450	(121)
Atualização do Contrato de Déficit Equacionado (Nota 10)	985	394
Taxa de Administração da Carteira	(371)	(356)
Taxa de Gestão Previdencial	(135)	(132)
Taxa de Gestão de Investimento	(29)	(27)

Além das operações acima discriminadas, a Fundação Bemgeprev, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A, registrou despesa gerais no valor de R\$ 246 (R\$ 263 em 31/12/2011) em função da utilização da estrutura comum.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 • em milhares de Reais

NOTA 14 – RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Visando permitir a comparabilidade na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, foram efetuadas as seguintes reclassificações dos saldos em 31/12/2011, referente ao Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Reclassificação	Saldos Reclassificados
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial	(780)	-	(780)
Serviços de Terceiros	(576)	263	(313)
Despesas Gerais	(204)	(263)	(467)

NOTA 15 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Fundação Bemgeprev, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente
CPF 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador • CRC nº 1SP114.497/O-9
CPF 859.338.648-20

1 – Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – ACMV (Plano ACMV), administrado pela Fundação Bemgeprev, preparamos este documento que contém as principais informações referentes ao estudo técnico (avaliação atuarial) realizado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para o encerramento do exercício de 2012, isto é, com data-base em 31/12/2012, do citado Plano ACMV.

Ressaltamos que este documento (parecer atuarial) não apresenta resultados de quaisquer outros benefícios, administrados ou não pela Fundação Bemgeprev, além daqueles previstos no Plano ACMV, devendo ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil (Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC). A Mercer não se responsabiliza pelas conseqüências decorrentes da utilização deste documento para outros fins que não o aqui explicitamente apresentado

2 – Perfil dos Participantes

A data-base dos dados individuais relativos aos Participantes Assistidos utilizados no presente estudo foi 31/10/2012. Informamos que não há Participantes Ativos ou Beneficiários de Pensão por Morte no Plano ACMV.

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Bemgeprev à Mercer que, após a realização de testes de consistência apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

Ressalte-se que a análise de consistência efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Bemgeprev, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões existentes na base de dados.

As principais características do grupo avaliado, na data-base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Assistidos	
Descrição	Valores
Aposentados	
Número	1.138
Idade Média (anos)	76,3
Benefício Mensal Médio em R\$	2.307

Os valores monetários apresentados são nominais e estão posicionados em 31/10/2012. Entretanto, para fins dos cálculos atuariais, todos os valores monetários acima têm o mesmo tratamento, ou seja, são atualizados para a data-base da avaliação atuarial e apresentados no conceito de capacidade.

3 – Hipóteses, Regimes e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial de um plano de benefícios é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data de seu cálculo, os custos e reservas/provisões matemáticas de longo prazo deste plano, devendo incluir tanto os valores dos compromissos com os benefícios já sendo pagos, quanto àqueles referentes aos participantes que ainda completarão as condições exigidas para tal.

A forma como os custos e reservas/provisões matemáticas são determinados/estimados é função direta do método atuarial escolhido. Em outras palavras, é o método atuarial que determina como os custos atuariais são calculados e a velocidade/intensidade com que são acumulados na reserva/provisão matemática.

Para esse fim, isto é, de se determinar custos e reservas, são feitas projeções de curto, médio e longo prazos, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma pertinente as expectativas com relação à

experiência futura do plano de benefícios avaliado. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS, etc) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes, etc), entre outras.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos relativos ao Plano ACMV foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas mais adiante neste capítulo, que compõem um único cenário, dentre os vários cenários de possibilidades de comportamento dos diversos fatores que afetam a apuração dos compromissos atuariais. Os resultados deste único cenário são apresentados neste parecer atuarial. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

Entretanto, como sabemos, o futuro é incerto e a experiência real observada para cada plano de benefícios diferirá das premissas selecionadas, podendo gerar diferenças significativas. Desta forma, as premissas atuariais e financeiras devem ser acompanhadas detalhadamente, e podem ser alteradas de uma avaliação para outra devido a inúmeras razões, incluindo o retorno financeiro dos ativos investidos, comportamento da população coberta, pagamento de benefícios, imposições legais, adaptações à política de recursos humanos da patrocinadora ou mudanças no cenário econômico, entre outros fatores.

Em resumo, temos que os resultados de uma avaliação atuarial de um plano de benefícios registram a situação atuarial e financeira estimada do referido plano em um dado momento no tempo, mas não conseguem prever o exato comportamento da situação futura, atuarial ou financeira, deste mesmo plano.

Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alteração dos benefícios do plano, política de investimentos, regimes e métodos de financiamento dos custos, e qualquer matéria relativa aos planos de benefícios avaliados devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após cuidadosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

A seguir descrevemos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das provisões matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	4% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	n/a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	n/a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	n/a
Fator de capacidade para os salários	n/a
Fator de capacidade para os benefícios	0,9800
Hipótese sobre rotatividade	n/a
Tábua de mortalidade geral (2)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	n/a
Tábua de entrada em invalidez	n/a
Outras hipóteses biométricas utilizadas	n/a

(1) O indexador utilizado é o índice ACMV, que é a média geométrica dos índices de preço do consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e do Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente;

(2) Foi utilizada a tábua AT2000, segregada por gênero. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, e refletem uma redução nas taxas anuais de mortalidade da ordem de 10% em relação às respectivas tábuas básicas.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que:

- A tábua de mortalidade geral foi alterada da AT-83 para AT-2000, ambas segregadas por sexo e suavizadas em cerca de 10%. Tal mudança está baseada em estudo denominado "Aderência das Hipóteses Atuariais", elaborado por consultoria atuarial externa e independente;
- A hipótese para a taxa real de juros foi alterada de 6% a.a. para 4% a.a.. Tal mudança está baseada no documento denominado "Estudo de Aderência das Hipóteses Econômicas", elaborado sob coordenação do Diretor de Investimentos da Fundação Bemgeprev, e está em consonância com o cenário econômico atual do Brasil.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano ACMV encontram-se arquivadas na Fundação Bemgeprev à disposição da PREVIC.

As demais hipóteses atuariais e econômicas, os regimes e métodos atuariais utilizados na presente avaliação não sofreram alterações em relação à avaliação atuarial realizada pela Mercer para o encerramento do exercício de 2011.

Cabe registrar que, pelo fato de o Plano ACMV possuir somente Participantes Assistidos, todos os métodos atuariais devem apontar o mesmo valor de provisão matemática para esses participantes.

Em nossa opinião, as hipóteses, regimes e métodos atuariais utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e adequados aos fins a que se destinam, estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o Regulamento do Plano ACMV em vigor em 31/12/2012, fornecido pela Fundação Bemgeprev, e atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além dos regimes e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano ACMV foram discutidos com e aprovados pela Fundação Bemgeprev, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4 – Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o Plano de Contas em vigor e com os valores contábeis informados pela Fundação Bemgeprev, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do plano, das provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2012.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	318.766.603,50
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	316.911.186,87
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	304.200.724,25
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	304.200.724,25
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	304.200.724,25
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	304.200.724,25
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	0,00

2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	0,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	12.710.462,62
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	12.710.462,62
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	12.710.462,62
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	12.710.462,62
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.855.416,63
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	0,00
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	1.852.238,32
2.3.2.2.01.00.00	Plano de Gestão Administrativa	1.852.238,32
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	3.178,31

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se:

1. O Regulamento do Plano ACMV vigente em 31 de dezembro de 2012, fornecido pela Fundação Bemgeprev, e que se encontra fechado a novas inscrições;
2. Os dados individuais dos participantes e beneficiários informados pela Fundação Bemgeprev;
3. As hipóteses atuariais e econômicas, regimes e métodos atuariais já referidos neste parecer atuarial.

Registre-se que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano ACMV ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Bemgeprev.

Adicionalmente, informamos que o principal fator que levou ao Superávit Técnico Acumulado em 31/12/2012, no montante de R\$ 12.710.462,62, foi o aumento do patrimônio social do Plano ACMV, proporcionado pela redução do Exigível Contingencial.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

5 – Plano de Custeio para o Exercício de 2013

Não há necessidade de realização de contribuições para o Plano ACMV durante a vigência deste plano de custeio, uma vez que ele está superavitário e se encontra fechado a novas inscrições (há apenas Participantes Assistidos).

Este plano de custeio passa a vigorar pelo prazo de 1 ano a partir de 1º de abril de 2013.

6 – Conclusão

Certificamos que o Plano ACMV administrado pela Fundação Bemgeprev está superavitário na data de encerramento do exercício de 2012, não sendo necessária a realização de contribuições durante a vigência do plano de custeio apresentado neste parecer atuarial. A manutenção desta situação depende do comportamento das hipóteses atuariais utilizadas para a avaliação atuarial do Plano ACMV e também do retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

Por fim, atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuários - IBA para a elaboração das informações apresentadas neste parecer atuarial.

São Paulo, 6 de março de 2013.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

José Carlos Dias
MIBA nº 635

Rafael Carlos M. Chaves
MIBA nº 2.145

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Fundação Bemgeprev

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Bemgeprev ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bemgeprev em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Belo Horizonte, 22 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC nº 2SP000160/O-5 "F" MG

Maria José de Mula Cury

Contadora • CRC nº 1SP192785/O-4 "S" MG

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2012, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda. e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Bemgeprev em 31.12.2012, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 15 de março de 2013.

Conselheiros

Cleide Xavier Rocha Foureaux

Luiz Fernando da Silva Telles

Ottavio Aldo Ronco

Conselheiro Suplente

Marco Aurélio de Oliveira

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2012, baseados nos pareceres da Mercer Human Resource Consulting Ltda., dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e no parecer do Conselho Fiscal, os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Bemgeprev deliberaram, por unanimidade, aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e do Plano de Benefícios em 31.12.2012.

São Paulo (SP), 22 de março de 2013.

Presidente

Oswaldo do Nascimento

Vice Presidente

Messias Caetano Neto

Conselheiros

Silvio Caitano da Fonseca

Conselheiro Suplente

Marcelo Luis Orticelli

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2012 do Plano ACMV:

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009:

Em R\$ milhões						
Descrição	Limite Máximo (1)	Dezembro/ 2012	%	Dezembro/ 2011	%	Var. % dez/12 x dez/11
Renda Fixa (2)	100	281,7	99,7%	266,4	99,7%	5,7%
Títulos Públicos	100	241,9	85,6%	264,3	99,0%	(8,5%)
Títulos Privados	80	39,8	14,1%	2,1	0,7%	1795,2%
Operações c/ Participantes	5	0,8	0,3%	0,7	0,3%	14,3%
Valores a Pagar/Receber		37,5		(12,3)		
Total (Resumo do Demonstrativo de Investimentos)	100,0	320,0	100,0%	254,8	100,0%	25,6%

(1) Definido na legislação em vigor e na política de investimentos de 2012 a 2016.

(2) Os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nas respectivas modalidades.

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2012 dos investimentos por segmento e os respectivos índice de referência, do plano ACMV:

De acordo com a Política de Investimentos, o índice de referência para a performance das aplicações financeiras é a Meta Atuarial do plano.

A meta atuarial que corresponde a taxa de juros atuarial e o indexador do plano (Média Geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de BH, IPC de SP e IPC/DI do RJ, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente) foi de 12,37% em 2012.

Segmento	% de alocação	Rentab. Nominal	Índice de Referência / Meta Atuarial	Performance em relação ao índice de referência	à meta atuarial
Renda Fixa	99,7	20,73	12,37	7,44	-
Operações c/ Participantes	0,3	17,96	12,37	4,97	-
Rentabilidade Total	100,0	20,73	12,37	7,44	-

3. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Fundação Bemgeprev são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

4. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

5. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2012.

Em milhares de Reais

Descrição	Dezembro/2012	Dezembro/2011	Varição %
Despesas Administrativas	(1.295)	(1.271)	1,9
2.1. Administração Previdencial	(858)	(847)	0,0
Treinamento/Congressos/Seminários / Viagens e Estadias	(53)	(48)	0,1
Serviços de Terceiros	(227)	(313)	(0,3)
Despesas Gerais	(578)	(486)	0,2
2.2. Administração Dos Investimentos	(438)	(424)	0,0
Serviços de Terceiros	(438)	(424)	0,0

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2012 do Plano de Benefícios ACMV.

1. Taxa Mínima Atuarial

Indexador	Taxa de Juros
(*)	6%

(*) Média Geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de BH, IPC de SP e IPC/DI do RJ, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo	
			ACMV	PGA
Renda Fixa	53%	100%	100,00%	100%
Renda Variável	0%	25%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	0,00%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0%	5%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	4%	0,00%	0,00%

4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados e Investimentos Exterior. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

6. Gestão dos Recursos

Tipo/Forma: Externa

Periodicidade da Avaliação: 3 Meses

Quantidade de Gestores: 1

Crerios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos.

7. Critério para Contratação

Qualitativos	Qualitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

8. Participação em Assembleias de Acionistas

8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembleia de Acionistas

Por Capital Votante: 5%	Recursos Garantidores: 4%	Por Capital Total: 10%
-------------------------	---------------------------	------------------------

9. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.

Política de Investimentos – 2013

Abaixo demonstramos os limites de alocação da política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2013:

Segmento	Limites Resolução CMN 3.792 /09 (%)	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV			PGA		
		Limites (%)	Alocação Alvo %	Índice de Referência	Limites (%)	Alocação Alvo (%)	Índice de Referência
		Renda Fixa	100	100	98	Meta Atuarial	100
Renda Variável	70	20	0	IBOVESPA	20	0	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	20	10	0	Meta Atuarial	10	0	CDI
Investimentos no Exterior	10	5	0	Meta Atuarial	5	0	CDI
Imóveis	8	0	0	Meta Atuarial	0	0	-
Operações com Particip.	15	5	2	Meta Atuarial	0	0	-

(obs) a meta atuarial do Plano ACMV é composta pela média geométrica dos índices IPCA BH (IPEAD/FACE_UFMG); IPC-SP (FIPE-USP) e IPC/DI - RJ (FGV) + 4% a.a.

www.bemgeprev.com.br



FUNDAÇÃO
BEMGEPREV

Belo Horizonte (MG)
Rua Goitacazes, 15 – 9º andar
Centro – CEP 30190-050